



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XVI - Nº 50 - Agosto de 2008

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

CORREIOS

Nº 50
EDIÇÃO ESPECIAL

Uma revista
para rever,
reverter,
revelar

djus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso
Especial

Ano XVI - Nº 50 - Agosto de 2008

TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO
EM GREVE NACIONAL
ANOVACAO DA

mobilização
pelo PCS

Brasil
novos valores
Pág. 16, 17

DE UNAI
e precárias
abalho dos
blicos

Radar aponta desigualdades do País
Pág. 20, 21
Terra: alerta ambiental
Pág. 16, 17
Mobilização pelos PLNs 11/06 e 12/06
Pág. 23

PRE SEUS PLANOS PARA OS PRÓXIMOS TRÊS ANOS
Pág. 14 e 19

Não ao retrocesso



FOTO: NARA VIEIRA DA SILVA OSGA

O processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal.

É urgente definir de forma definitiva a questão, para evitar um conflito que já se mostra iminente. Já houve violência na região.

É fundamental, também, evitar um retrocesso na demarcação das terras indígenas em área contínua. Esse é um direito garantido pela Constituição.

Há muitos interesses econômicos envolvidos. Não se pode permitir que, em função deles, terras indígenas sejam subtraídas.

A decisão é crítica. Diminuir as terras indígenas pode facilitar o caminho para novas ações judiciais contra outras demarcações. As consequências seriam graves, talvez até irreparáveis, em relação aos avanços penosamente obtidos nessa área.

Esperamos que o Supremo Tribunal decida, rapidamente, em favor da proteção aos povos indígenas e contra o retrocesso.



AO LEITOR

A ratificação da
Convenção 151 aguarda
aprovação no Congresso

Negociar é preciso!



Roberto Policarpo
Coordenador-geral
do Sindjus

Vivemos um período de vinte anos de redemocratização do Brasil, no entanto, ainda não nos libertamos da política de interesses que forjou o nosso Estado. Tivemos importantes conquistas e avanços, mas uma das pilstras mais importantes para o fortalecimento do serviço público ainda não foi edificada. Depois de trinta anos de atraso, a convenção 151 da OIT, aprovada mundialmente em 1978, tem a possibilidade concreta de ser ratificada pelo Brasil.

Essa convenção garante o direito à negociação coletiva no âmbito do serviço público, que atualmente não é reconhecido. Ou seja, a relação deixa de ser vertical (como acontecia entre os senhores e os vassallos na Idade Média) e passa a ser horizontal, dando força ao diálogo e

igualdade ao tratamento e oportunidades. A negociação precederia a greve, que atualmente é nosso único instrumento de luta por direitos. No entanto, essa aprovação não será tão fácil. A mensagem 58/08, enviada pelo presidente Lula ao Congresso começa a enfrentar os obstáculos de uma cultura onde as esferas do poder se fundem por laços pessoais resultando em uma política de interesses.

Além de instaurar a negociação coletiva, a ratificação fortaleceria a organização sindical. E nós, servidores do Judiciário e do Ministério Público, em especial, vivemos com a construção do plano de carreira um processo onde a negociação assume um caráter decisivo. É preciso que se tenha consciência de que a conquista do plano de carreira tão almejado por cada um de nós passa pela ratificação da convenção 151. Junto com a CUT, vamos lutar pela aprovação da mensagem 58/08. Afinal, negociar é preciso.

A Convenção 151 precisa ser ratificada. Chega de não ser ouvido. Não podemos deixar que nos privem do direito a negociar com o governo, de forma horizontal, nossos projetos e planos.

Luta e esperança

Estou filiada há apenas três anos ao Sindjus e já comorei muitas conquistas, desde o PCS até o auxílio-creche. Fiquei impressionado com o alto número de pessoas que estão filiadas ao sindicato, desde 1990. É gratificante fazer parte de uma história de lutas e de esperança, como é a do Sindjus.

Regina Alves, STJ

Não somos bobos

A prisão do banqueiro Daniel Dantas durante a Operação Satiagraha, da Polícia Federal, teve uma absurda especulação política por parte da mídia. É inadmissível que os grandes meios de comunicação ainda tentem ligar tudo de ruim que acontece em nosso país ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores. A mídia tenta nos fazer engolir que todos os crimes têm ligação com um governo que luta, a todo instante, por um país mais sério. Será que pensam que somos tão bobos a esse ponto?!

Lúcio Ferreira, TJDF

Horário corrido

Vamos reivindicar a permanência do nosso horário de 7 horas corridas. Pela luta de nossos direitos já adquiridos e pelo respeito aos servidores que estudam e trazem consigo o objetivo de crescer no órgão através de conhecimento. Respeitamos o controle de horário, mas queremos ser respeitados, em nossa carga horária.

Lúcia Maria, MPDFT

Ampla debate

Não pude comparecer ao V Congresso, mas pelo que li, na edição de junho desta revista, o evento foi de grande valia para toda a categoria. O alto nível dos palestrantes e o amplo debate forneceram subsídios para a grande luta que nos aguarda: a construção e implantação do nosso Plano de Carreira. Gostaria de sugerir um círculo permanente de palestras deste tipo.

Jairo Cavalcanti, TJDF

Plano de Carreira

Querida que a revista trouxesse uma matéria para esclarecer alguns pontos da luta em torno do Plano de Carreira. O que já foi feito? O que está sendo feito? Como vai ser a agenda de mobilização? Como faço para enviar sugestões?

Sérgio Tadeu, PGR

Agentes de segurança

Escrevo para falar da importância de ter participado do 3º Encontro dos Agentes de Segurança promovido pelo Sindjus no início de julho. O evento foi fundamental para criar novas perspectivas no sentido de valorizar estes profissionais que ainda não têm sua importância reconhecida pelas administrações dos tribunais.

Antônio Santos, TJDF

Humanização do Direito

Já tive a oportunidade de assistir a algumas aulas do professor José Geraldo e creio que muito da vanguarda do Direito, de sua humanização, tem a contribuição dele. O projeto "O Direito Achado na Rua" é uma das mais belas obras da nossa história contemporânea. Fico feliz pela revista, que já publica periodicamente um artigo assinado por ele, abrir espaço para um perfil que retrata um pouco deste que poderia ser reitor da UnB.

Sandra Regina, TRT

Informações úteis

Pura sintonia. O resultado de um exame médico da minha irmã saiu no dia em que a Revista do Sindjus chegou em casa. Ficamos todos alarmados e fomos correndo buscar informações na internet. Embora o momento fosse de preocupação, a matéria sobre endometriose ajudou a nos confortar.

Carla Sousa, TSE

Taguatinga

Moro em Taguatinga há 36 anos. Aliás, nasci nesta cidade que, para quem a conhece como eu, pode ser considerada histórica. Fiquei muito contente com a matéria sobre a EIT, inclusive levei a revista para alguns amigos que são professores. É interessante que, além de tratar das lutas da categoria, a revista aborde a realidade dos associados do sindicato.

Mário Melo, TRF

Vencendo a timidez

Não participei de concurso literário porque ainda não consegui vencer a minha timidez. No entanto, lendo a matéria "Rachel de Queiroz sorriu", fiquei me imaginando recebendo prêmios, tendo minha poesia lida na frente de várias pessoas, tendo meus versos publicados em um livro. Parabéns aos ganhadores e a quem participou. Quem sabe na próxima edição eu tenha coragem.

Sueli Abreu, TST

Revista do Sindjus

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900
Brasília-DF
PABX (61) 3224-9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores-gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
 Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
 Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de

Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
 Cleo de Oliveira Vieira (TRT)
 Jailton Manguiera de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos

Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Souza Santos Ávila (STF)
 José de Oliveira Silva (TJDF)
 Newton José Cunha Brum (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noleto Costa (TSE)
 Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)
 Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Coordenação editorial

TT Catalão
 Reg. prof. 685-DF

Edição

Usha Velasco

Reportagem e redação

Daniel Campos
 Thaís Assunção
 Eunice Pinheiro

Revisão

Patcha Comunicação

Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

Fotografia

Arthur Monteiro
 Arquivo TST
 Edison Castêncio
 Fundação Athos Bulcão
 Iano Andrade
 Luiz Alves
 Moreno
 Sandra Fado
 Sérgio Vilela

Tiragem

12.000 exemplares

Envie seus comentários ou sugestões de pauta para cartas@sindjusdf.org.br

Enxadas ou flores?

A tentação de criminalizar o MST

O dilema apresentado no título aparece em artigo do Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Mauro Henrique Renner, publicado em Zero Hora, edição impressa do dia dois de julho deste ano, no qual procura contemporizar a reação veemente a ações civis desencadeadas pelo Ministério Público contra determinados acampamentos do MST (Serraria e Jandir, entre outros), no RS, e que foram vistas como uma estratégia concertada para postular a extinção ou a ilegalidade do mais importante movimento social do século XX, tal como foi caracterizado por Celso Furtado.

Em seu artigo o Procurador-Geral refere-se a *"ações em rede, típicas da globalização"*, com o intuito *"urgente de vencer atuação fragmentada (de um promotor de Justiça restrito ao limite territorial de sua comarca) e realizar uma análise global de uma série de atos com aparente coordenação"*. Além disso, refere-se a uma decisão do Conselho Superior do Ministério Público, afirmando ter havido correção de extensão de manifestação anterior, para que fique claro não ter o MP *em nenhum momento postulado a extinção ou a ilegalidade do MST*.

Em suma, embora contraponha *enxadas a flores*, para extrair dimensão simbólica entre ferramentas que passam a ser vistas como armas e a necessidade de resgatar a dívida social agrária, o autor do artigo procura afastar a percepção logo difundida de ocorrência *de uma conspiração ideológica* contra os movimentos sociais.

Observe-se, por exemplo, um outro plano, em que mais evidente fica a dificuldade de reconhecimento do alcance emancipatório das reivindicações sociais. No Estado de Goiás, apesar de já arquivado procedimento administrativo anterior, o Ministério Público Federal, numa aparente violação do princípio do promotor natural, insiste na proposição de ação civil pública, pelo fato de o INCRA e a Universidade Federal de Goiás terem firmado termo de cooperação técnica visando a implementar curso de graduação em Direito destinado a beneficiários da reforma agrária.

Contra o curso já em andamento no *campus* de Goiás Velho e que conta com o apoio do MEC atuando

do com fundamento no caráter de discriminação positiva da medida, o MP opõe uma leitura guetificadora (alguém até já usou o neologismo *guantanamoização*, referindo-se ao isolamento, afinal rejeitado pela Suprema Corte americana, relativamente aos prisioneiros americanos do pós 11 de setembro) e absolutamente redutora do sentido transformador da educação. Nos termos insólitos da argumentação do MP: *"Sabido é que o habitat do profissional do Direito, em qualquer de suas vertentes, é o meio urbano, pois é nesta localidade em que se encontram os demais operadores da ciência jurídica. Ainda que venha ele a patrocinar pretensão titularizada por cidadão que habite a mais distante área rural, endereçará a sua demanda a órgão do Poder Judiciário, não encontrando em paragens rurícolas"*.

O fato é que, embora, sob consideração teórica, se reconheça como legítimas as formas de ação coletiva de natureza contestadora, solidária e propositiva dos movimentos sociais, a dialeticidade de suas múltiplas práticas sociais, não necessariamente é vista, no plano da política, como compromisso com a coletividade para a construção de esfera pública democrática, em cujo âmbito se definem projetos emancipatórios, sensíveis à diversidade cultural e à justiça social. Ao contrário, a expressão conflitiva dessa dialeticidade tem levado, muito em geral, a uma reação despolitizada, da qual não são imunes o Ministério Público e o Judiciário, abrindo-se à tentação de responder de forma pouco solidária e até criminalizadora a essas práticas.

E, enquanto se funcionaliza uma ação, com algum grau de concertação na linha de respostas criminalizadoras, o mesmo não se vê quando se trata de verificar a legalidade e a constitucionalidade dos pleitos possessórios que requeiram a concessão de medidas protetivas em imóveis que descumprem a função social, ou ainda, quando se trata de assistir despejos de famílias sem-terra, para fiscalizar a ação policial, prevenir abusos, fazer cumprir a legislação de proteção a crianças, adolescentes e idosos ou, finalmente, para impedir que qualquer desocupação seja realizada sem a designação de lugar adequado para a remoção dos atingidos.

ARTHUR MONTEIRO



José Geraldo de Souza Júnior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o projeto "O Direito Achado na Rua"

"Enquanto se funcionaliza uma ação, com algum grau de concertação na linha de respostas criminalizadoras, o mesmo não se vê quando se trata de assistir despejos de famílias sem-terra, para fiscalizar a ação policial e prevenir abusos"

Plano de Carreira já!

Estamos em plena campanha em torno do plano de carreira dos servidores do Judiciário e do MPU. O tema, que foi discutido no final de março, em Recife, no primeiro encontro nacional organizado pela Fenajufe, agora chega bem pertinho de você. Durante o mês de agosto próximo, o Sindjus promove uma série de seminários setoriais, com o objetivo de envolver os servidores e ajudar na construção desse plano de carreira com

idéias e reivindicações que tratem de seu setor, de sua classe, de sua categoria ou do funcionalismo brasileiro, em geral. É hora de tirar suas dúvidas, de sugerir pontos, de falar o que você pensa sobre esse assunto que atinge diretamente e diariamente a sua vida.

Vale lembrar que esse plano irá além do tradicional PCS, que visa basicamente o reajuste de salários, que estavam bastante defasados e

precisavam de uma luta emergencial. No entanto, o último Plano de Cargos e Salários, tamanha a nossa necessidade em estruturar a carreira, trouxe pontos importantes, como o Adicional de Qualificação, a GAE e a GAS. Agora, pretendemos discutir a estruturação de nossa vida funcional de forma mais ampla e profunda, focando temas como ascensão funcional, redução da jornada de trabalho, desvio de funções, criação de novos



cargos, definição de atribuições dos cargos, definição de critérios objetivos para a ocupação de funções comissionadas e dos cargos de direção. O plano de carreira é essencial para se consolidar uma política de valorização do servidor público.

A expectativa do coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, é que as sugestões tiradas nestes seminários sejam discutidas e aprovadas por um encontro nacional da Fenajufe que deve acontecer neste semestre, reunindo as reivindicações dos servidores de todo o Brasil. A intenção é, de maneira democrática, elencar os pontos do Plano de Carreira e redigir um anteprojeto para ser trabalhado junto ao Judiciário e ao Ministério Público. Este anteprojeto seria enviado ao Congresso Nacional e nos mobilizaríamos junto aos parlamentares para

aprová-lo o mais rápido possível. Mas, para chegar a essa conquista, precisamos fundar as bases de nossa luta.

“Há muitos anos queremos levantar a bandeira da luta por um Plano de Carreira digno para a nossa categoria. No entanto, fatores internos e externos da conjuntura local e nacional adiaram essa batalha. Todos esses anos cumpriram a importante missão de amadurecer as nossas idéias e nos preparar para essa grande missão, talvez a maior já enfrentada por nós até agora. Mas chegou a hora. No último Plano de Cargos e Salários (Leis 11.416/06 e 11.415/06) tivemos alguns ganhos para a nossa carreira, mas foi só o começo de um grande projeto a ser conquistado para os servidores do Judiciário e do Ministério Público. De forma positiva e democrática, queremos promover uma revolução na rotina e no papel desempenhado pelos servidores. Para isso, precisamos contar com o seu apoio. Você pediu tanto por uma carreira e agora tem a oportunidade de construí-la”, afirmou Policarpo.

Para enriquecer o debate, o Sindjus convidou os diretores-gerais de cada órgão do Judiciário e o Secretário-Geral do MPU para discutir os pontos desse plano. Para Policarpo é importante debater pontos cruciais que devem estar presentes na construção de um Plano de Carreira, como a necessidade de um estado forte, a gestão mais flexível de pessoas, compromissos mútuos de formação de capacitação, e o crescimento profissional. Como pode observar, sua participação é fundamental para que tenhamos uma categoria mais forte e mais valorizada.

Veja no box ao lado o calendário desses seminários setoriais e participe!

Confira as datas das Assembléias

1/8

Delegados Sindicais

13/8

STM

Convidado: Diretor-Geral
Moisés Francisco de Sousa

TRF/JF

Convidado: Diretor-Geral
Silvio Ferreira

14/8

TRT

TSE

Convidado: Diretor-Geral
Miguel Augusto Fonseca

15/8

MPU

Convidado: Secretário-Geral
Carlos Frederico

STF

Convidado: Diretor-Geral
Alcides Diniz

20/8

TST

Convidado: Diretor-Geral
Alexandre de Jesus

STJ/CJF

Convidada: Diretora-Geral
Shyrlei Maria

21/8

TRE

TJDFT

Convidada: Secretária-Geral
Ivana Hermínia Resende



ARQUIVO SINDJUS

Recesso em **r**isco

Ainda não há uma decisão final se haverá ou não recesso forense. Com a Reforma do Judiciário, as férias coletivas no final e no meio do ano foram suspensas. Preocupado com os advogados de pequenos escritórios que não tem dia de folga algum durante o ano, o deputado Mendes Ribeiro Filho apresentou, em 2006, um projeto que regulamentaria o recesso em todo o âmbito da Justiça. Atualmente, além da Justiça Federal que goza desse recesso há mais de 40 anos, o recesso de final do ano é uma opção administrativa de cada tribunal. O projeto foi aprovado ainda em 2006 pela Câmara sendo então encaminhado para o Senado. O senador Pedro Simon, responsável pela relatoria da matéria na CCJ, modificou o conteúdo do PL e apresentou um substitutivo extinguindo o recesso. O PL 6/07 já foi aprovado uma vez pelo Plenário do Senado e aguarda a segunda votação, que se faz necessária. No entanto, o recesso não está extinto. Como sofreu modificações, o projeto volta para a Câmara onde tem grande chance de ter sua redação original restaurada. Preocupado com esta matéria, o Sindjus tem acompanhado a tramitação do PL e conversou com o autor do projeto.

“ **Depois de ser votado pelo Senado, esse projeto volta para a Câmara. É preciso dizer que este PL não traz prejuízo algum ao serviço público e sim um ordenamento no serviço público.** ”

Por que o senhor apresentou este projeto?

Este projeto veio para ordenar o processo de funcionamento da Justiça brasileira. Com a aprovação deste projeto, não teremos tribunais funcionando em épocas diferentes. A idéia original é uniformizar o recesso em todo o Judiciário. Os grandes escritórios não se preocupam com isso, pois têm estagiários e/ou advogados recém-formados de plantão. Os pequenos escritórios que trabalham isoladamente em favor da justiça ficam peregrinando entre os tribunais sem ter nenhum intervalo entre as notificações. O PL vem

em benefício ao exercício da profissão.

Como o senhor avalia as modificações feitas pelo Senado?

Acho que houve uma preocupação exacerbada com o termo “recesso”. Existem alguns pré-conceitos com a palavra recesso. E essa foi a preocupação primária do Senado. Mas não importa o que o Senado decidir, posto que o projeto volta para a Câmara. O importante é que setores ligados à justiça digam a finalidade deste projeto, o que ele procura alcançar, quem ele beneficia, se ele cria privilégios ou se ele vem ao encontro do serviço da justiça.

Então o senhor está tranquilo em relação à reversão dessas alterações...

É... A expectativa é de reverter o que foi proposto pelo Senado e voltarmos à idéia original. Mas às vezes tem forças que se sobrepõem...

O projeto compatibiliza o direito ao descanso e o acesso à Justiça?

O cidadão não perderá o acesso à justiça, que é um direito de todos. O projeto não retira esse direito, ele ordena. O acesso à justiça durante o período de recesso continua o mesmo,

“ **Peço os servidores e aos advogados que falem com os senadores de seus estados, que expliquem a idéia do projeto.** ”

o que o projeto faz é que durante um período não sejam expedidas notas, visando uma uniformidade neste período. Mas os tribunais funcionariam por meio de plantões.

As modificações do Senado refletem uma disputa de poderes? Ou seja, se leva em conta o estereótipo de que o Judiciário trabalha pouco...

Eu gosto do Estado grande, eficiente. A ausência do Estado é a pior coisa que pode existir para o indivíduo. E assim é a justiça. Preciso de uma justiça mais eficiente. Temos que permitir o acesso à justiça, mas temos que trabalhar pelo direito à sentença. Justiça não se faz com discurso.

Estão fazendo tempestade em copo d'água?

O advogado não pode fazer sua agenda. Nós só queremos unificar isso. Já é período de Natal, de Ano Novo, de férias. O que querem? Querem brincar de fazer discurso. Não querem fazer na realidade uma solução que o CNJ já vem fazendo sem lei. A realidade é que os escritórios de advocacia, do jeito que está o recesso, não podem se organizar.

Para o senador Pedro Simon, autor do substitutivo que modificou o texto do senhor, a dificuldade encontrada pelos advogados não pode servir de abono para um retorno a situação de

praticamente fechamento das Cortes. Ou seja, não se pode cercar o serviço público em detrimento de um setor privado. O senhor concorda com isso?

Perdoe-me, Simon. Este PL não traz prejuízo algum ao serviço público. Há um ordenamento no serviço público. Ao invés de eu dizer que o lixo não tem dia certo para passar, o caminhão vai ter dia certo. Visamos reordenar o processo.

E o que pode ser feito para dar andamento ao PL que está no Senado?

Peço os servidores e aos advogados que falem com os senadores de seus estados, que expliquem a idéia do projeto e o que está em votação.

EDISON CASTÊNCIO

Mendes Ribeiro:
“Há preconceitos
com a palavra
recesso”



Uma revista para rever, revisar, reverter, revirar, revelar...

Se fosse só um boletim, seria só informe.
Se fosse só relatório seria disposição de dados.
Se fosse só catálogo seria só a reunião organizada de informações.



No entanto é revista. E revista – no sentido amplo do jornalismo – revisa os fatos e os alinha sob a ótica da opinião, com mais contexto e bastidores.

Acontece que a Revista do Sindjus é uma revista dirigida. Revista e ferramenta institucional de uma corporação: o próprio Sindicato e sua categoria.

Isso restringe? Não. Detalha. As pautas são específicas sob alguns temas da categoria, mais fixos, mais pertinentes ao universo do público. Porém o tal universo se amplia quando se trata de um Sindicato em sua tradição de luta por dignidade, justiça e cidadania.

No centro está o humano. Na raiz está a política. Na base estão pessoas partidárias da consciência livre e da opinião crítica, na maioria das vezes além até da vinculação partidária.

Em essência as pessoas habitam uma cidade, convivem nesse meio, e são brasileiros naquilo que moradores e participantes ativos de uma comunidade precisa. Isso nos faz uma Revista geral e local. De classe profissional e humanitária.

De retas e curvas.

Uma Revista para revisar os caminhos de luta, trabalhar nos projetos e nas projeções, propor debates, abrir reflexões, avaliar condutas e definir estratégias, tudo isso sem perder, jamais, a ternura (para lembrar a frase célebre).

Revista de reivindicações sem perder o estilo e a graça no grito. Atuante no confronto, ativista no conflito, atrevida na apresentação das propostas. Até os panfletos cansam e se desgastam em clichês se a gente não trabalha a linguagem, se a gente não cuida da forma para enunciar conteúdos.

A causa em si, por mais justa, não cria alianças sem um tratamento inteligente de argumentação. Na marra, ninguém leva nada, só se amarra.

Provar que a veemência pode ser elegante e bonita. Que a firmeza é mais efi-

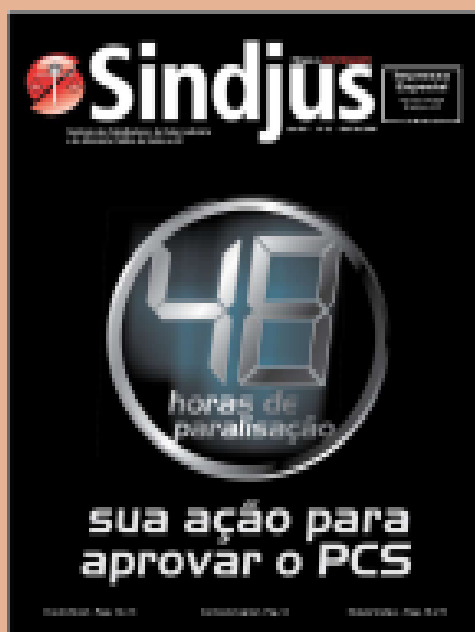
caz pela coerência ética e permanência no combate que propriamente pela ansiedade em se fazer valer. Pode até ser doce, poética, suave, sem trair um pinga do propósito. Tudo isso porque um Sindicato não é um gueto de ilumina-

dos, mas uma confraria aberta de idéias abertas e livres para o debate.

A revista só reflete essa fraternidade. Sua essência é política. Sua pauta é pela categoria profissional e melhores condições de trabalho, salário e dignidade. Sua base é humana. Seu universo é culturalmente amplo. Sua experiência é legitimada nas relações e na convivência. Seu público é o brasileiro morador da cidade viva. Sua raiz está centrada nas pessoas. Sua luta está em construção permanente.

Uma revista que será o que a gente fizer dela. Tanto melhor vai rever, revirar, reverter, revisar e revelar quanto mais cada um se comprometer com a sua missão de rever, revirar, reverter, revisar e revelar.

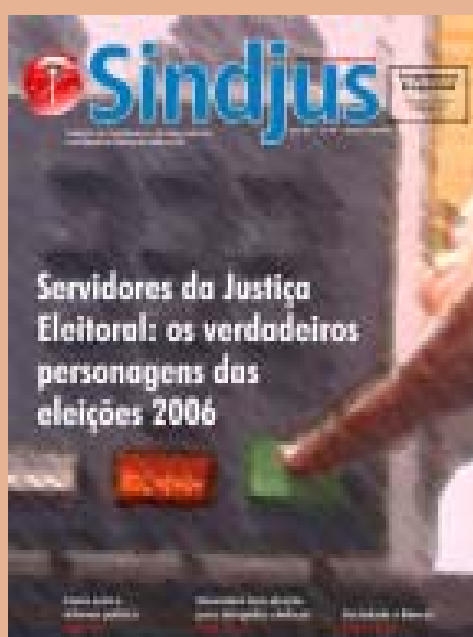
TT Catalão



Uma revista
para lutar
pela nossa
carreira



Uma revista
para lutar pela
igualdade de
direitos



Uma revista
para valorizar
o papel
do servidor

Missão a cumprir

A Revista Sindjus chega à edição de número 50 em clima de confraternização. Afinal, embora não sejam 50 anos, o valor simbólico desta data é dourado como bodas de ouro, representando um casamento fiel e comunicativo entre o sindicato e a categoria. Há mais de quatro anos, notícias sobre o mundo sindical e a realidade política, econômica, social, cultural e ambiental do Distrito Federal, do país e do mundo chegam às suas mãos por meio destas páginas. É claro que a revista mudou muito desde o primeiro número, quando era chamada de Jornal do Sindjus. O número de páginas mudou, o papel mudou, o enfoque mudou, marcando a evolução da nossa comunicação direta com você. Ao longo desses anos, só não mudou o nosso compromisso de estar ao seu lado. Afinal, a nossa marca maior é a interação, possibi-

tando a edificação de um jornalismo cada vez mais tridimensional.

A vida consiste em explorar, em rumar ao desconhecido, em alcançar o horizonte. Nestes cinco anos de existência, a Revista Sindjus tem se pautado pelo desafio de disputar com a grande imprensa o espaço de discussões, a partir da visão do servidor acerca dos acontecimentos da realidade a sua volta. O desafio é enorme, já que a sociedade de hoje é sustentada por uma mídia poderosa. Mas a cada edição, temos a certeza de que conseguimos superar muitos desafios e possibilitar um futuro diferente para muitos. Essa é a missão que a nossa revista tem a cumprir. Afinal, para transformar a realidade, precisamos usar a mais importante ferramenta de combate do século XXI: a comunicação.

Comunicação transformadora

Como o leitor já deve ter notado, nossa revista está de cara nova: para comemorar o nº 50, ganhou uma reforma gráfica e editorial. Essa edição especial marca o esforço de cumprir a função de aprofundar a pauta diária e expandi-la, visando atender aos interesses de informação da categoria, que além dos filiados, em si, contempla sua família em uma comunicação saudável e transformadora. Gostaríamos de agradecer, posto que com a sua ajuda, caminhamos e evoluímos muito ao longo dessas 50 edições. Mas ainda temos uma longa estrada pela frente, na luta pelo aprimoramento do diálogo entre pessoas que querem uma nova comunicação para construir um novo país e uma nova sociedade.

Uma revista para lutar por uma jornada de trabalho digna

Uma revista para lutar contra a exploração do capital

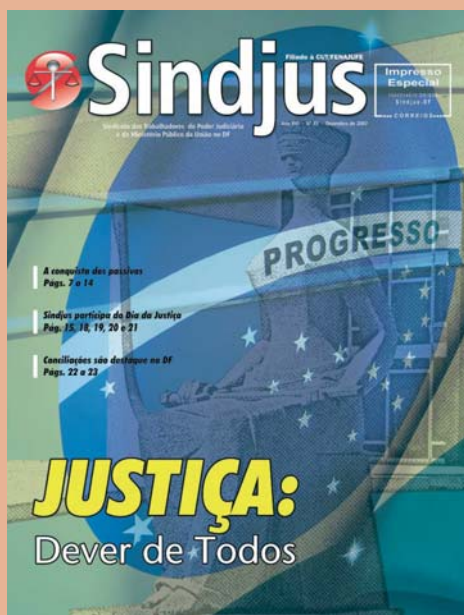
Uma revista para lutar pelo pagamento dos passivos





Uma revista para lutar por melhores condições de trabalho

Uma revista para lutar contra o nepotismo



Uma revista para lutar em favor da justiça

Uma revista para lutar pelo meio ambiente



Uma revista para lutar por cultura

Uma revista para lutar pelo futuro dos servidores

Espelho meu

Na nossa 50ª edição, buscamos informações para fazer uma revista com a sua cara

Desde 2004 a revista do Sindjus aborda assuntos de interesse dos servidores: nossas lutas e conquistas, ações e atividades dos tribunais, entrevistas e temas variados como saúde, comportamento, cultura. Este mês comemoramos a 50ª edição. O objetivo do Sindjus é trazer o leitor cada vez mais próximo do Sindicato. Por isso, buscamos saber a opinião dos sindicalizados sobre a revista: o que tem de bom, o que precisa melhorar, o que acham das matérias e artigos. Com essas informações pretendemos elaborar, nas próximas edições, um conteúdo com a cara do conveniado.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



A revista me atualiza, as informações são excelentes. Parabéns ao Sindjus pelo trabalho. Gostaria de ver uma matéria sobre o que os órgãos fazem para o bem social. Aqui temos o projeto TST Solidário. Entregamos, recentemente, 1.200 computadores a uma escola pública do Guará.

Nonita Aparecida Leite,
técnica judiciária do TST



Gosto muito da revista, mas acho que ela deveria ser maior, ter mais páginas e abordar temas diversos, assuntos de interesse dos servidores e da família. Matérias sobre o cotidiano ajudam a me reciclar e me atualizar. Também gostaria de ver mais reportagens sobre ações para melhorar a interação dos servidores.

Marcos França Soares,
técnico judiciário do TST



Eu me vejo na revista do Sindjus, sinto que o Sindicato está perto de mim. Não preciso correr atrás da informação, porque a revista traz. Há nove anos sou sindicalizada e sempre fui bem atendida. Li uma matéria recente que diz que os servidores podem contar com advogados. Não sabia disso e fiquei feliz, me senti amparada.

Rosana de Jesus Braz,
técnica judiciária do TRF



A revista é um canal para o Sindjus se relacionar com o servidor. A questão salarial é importante, mas outras questões que fazem parte do nosso cotidiano também são, como, por exemplo, a questão ambiental. As entrevistas poderiam ser com personagens famosos, nomes conhecidos.

Sartre Gonçalves Santos,
técnico judiciário do STJ



A revista é informativa, me deixa sempre atualizado sobre os assuntos do Poder Judiciário. Mas tenho uma sugestão: gostaria que fossem publicadas matérias sobre o andamento dos processos, e também informações sobre os convênios.

Paulo Roberto Neves Dib,
técnico judiciário do TJDF



Gosto de matérias sobre aumento salarial, plano de carreira e tudo relacionado ao Judiciário. Os textos são fáceis de ler o enfoque é abrangente. Isso me chama a atenção. Acho que poderia dar enfoque maior aos tribunais, o que eles estão fazendo para melhorar o trabalho dos servidores, por exemplo.

Edna Borges de Medeiros,
técnica judiciária TJDF



As matérias da revista são interessantes, mas gostaria de ver assuntos mais variados, e também textos menos densos. Gosto de ler reportagens sobre cultura, esporte, culinária, entre outros. Quero ficar bem informado sobre assuntos diversos, quando ler a revista.

Walter Rodrigues Ferreira,
analista judiciário do STJ



A revista é muito bem elaborada. Gosto das matérias sobre saúde, porque saem um pouco do ambiente de trabalho. Gosto de estar atualizada, por isso seria bom ver assuntos diferentes na revista, como esporte, cultura e lazer. Isso nos ajudaria a estar sempre por dentro.

Maria Gláucia de Borba Amaro,
técnica administrativa do MPDF



Eu sempre leio todas as edições da revista. Acho que as reportagens são aprofundadas, amplas. Eu me sinto bem informado sobre as lutas e as conquistas do Sindicato. Além disso, gosto de acompanhar os temas pelo site, o que ajuda a complementar as informações.

Marcelo de Freitas, analista administrativo do MPDF



Acho a revista bem interessante, bem atual. As matérias são todas direcionadas aos servidores, e isso é bom. Também adoro os artigos do professor José Geraldo. Leio todas as edições e acho que a linha editorial está no caminho certo. Continuem assim!

Edivan Ismael dos Santos,
técnica judiciária TRE



Acho que o servidor merece mais espaço nas edições. Quero ver o servidor falar sobre temas de interesse comum, ligado ao judiciário. Quero ver a opinião dos meus colegas. Mas gostaria de parabenizar o Sindicato pela revista e por demonstrar consciência ambiental, utilizando papel reciclável na publicação.

Ramatiz Soares Pereira,
técnico judiciário TRE



Adoro a revista, mas acredito que seria mais interessante publicar matérias sobre Direito Administrativo, Direito Constitucional, Lei 8.112 e textos sobre capacitação dos servidores. Seria ótimo para nos manter inteirados sobre nossos direitos e deveres.

Sidney Amorim dos Santos,
técnico judiciário do TRF

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou — eu não aceito.
Não agüento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Alimento para a alma

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.



Beatriz de Mattos é técnica judiciária do TRF. Mas não só isso. Além das atividades no Tribunal, ela também brilha nos palcos. Bacharel em canto lírico pela Universidade Federal de Goiás, faz shows individuais, canta no Coral Brasília (um coro independente) e dá aulas de técnica vocal para o Coral da UnB.

Essa rotina puxada não foi abalada nem pelo nascimento das filhas gêmeas, Ísis e Sofia, há quatro anos. "Com a chegada delas eu diminuí um

pouco o ritmo, mas não dá para deixar de cantar", afirma Beatriz: "o canto é um prazer muito grande, é o alimento da minha alma".

Arte se faz mais com transpiração que com inspiração; música também não é só prazer, como a cantora faz questão de ressaltar: "É muita ralação, tem que dar duro, estudar muito, ensaiar muito. Mas vale a pena", garante. "Eu canto profissionalmente desde os 18, e dou aulas em corais desde os 24. Às vezes saio do trabalho, vou para

a Universidade e começo a dar aula cansada, mas sempre termino feliz, quase flutuando", conta ela.

Além de se apresentar na cidade e pelo país afora, ela volta e meia participa de eventos internacionais. Já cantou em Portugal, Espanha, Polônia, Alemanha, Argentina e Chile; em outubro deste ano viaja para um festival em Montevideo, com o Coral da UnB.

Beatriz costuma tirar férias para participar desses eventos, a menos que receba um convite oficial de uma instituição estrangeira; nesse caso, o Tribunal concede uma licença para que ela represente o Brasil no exterior. "Esse é um direito do servidor, garantido pela lei 8.112; a mesma coisa acontece com os atletas brasileiros que trabalham no serviço público", explica.

Pós-graduada em Gestão Pública, com ênfase em Administração, Beatriz conta que seu trabalho no TRF também é gratificante: "O serviço público me deu uma estabilidade muito importante. Mas não é só isso. No Tribunal eu faço uma espécie de interface, sempre procurando aprimorar a área administrativa para atender melhor à área judiciária. Tenho que ser criativa, ter visão de futuro, encontrar soluções. Isso me estimula", afirma.

A artista e a servidora pública se encontram quando Beatriz canta em solenidades do TRF. "É diferente de fazer um espetáculo lá fora, porque o ambiente aqui é formal. Mas é bom sentir que esse meu lado artístico é valorizado pela casa", conta ela. "Minha voz é um instrumento, a música é um instrumento; vejo que isso toca as pessoas, muda o clima de um evento, faz bem para quem ouve."

Servidora pública e mãe de duas gêmeas de quatro anos, Beatriz ainda encontra tempo para participar de um coro e dar aulas no Coral da UnB: "O canto é um prazer muito grande"

ARTHUR MONTEIRO



Athos e desacatos

Quando a arte sobe pelas paredes

TT Catalão

Aos 90 anos Athos Bulcão se fez obra em carne viva na cidade. Testemunho estético e compromisso de cidadão, ele é o raro pioneiro célebre que veio, viu, fez e ficou. Isso, por si, já revelaria o traço fundamental da sua obra: a entrega profunda naquilo que faz, de tal modo que criador e criatura se confundam.

O brasileiro respira Athos. Experimenta sua obra na paisagem. Marca encontros sob sua guarda. Usa Athos como cenário para fotos. Serve e absorve Athos, concretamente, integrado na arquitetura. Sua obra se espalha por toda a cidade. Brinca com a luz e a sombra no painel do Teatro Nacional (que ele intitulou de "o sol faz a festa"). Uma obra que entra pelos poros de um modo tão natural que a maioria nem percebe a intenção democrática do artista em fazer do céu aberto uma galeria de arte libertária. Sem marchands, ingressos, padrões ou colecionador rico para fruir em seu "castelo" a exclusividade da posse artística (feito um troféu capitalista no gênero "não sou artista, mas tenho dinheiro para comprar a 'última' obra de quem"). Athos, elemento essencial do cotidiano discreto (esté-

para cumprir a "cultura" que ele tem". Athos desmante esse joguinho da celebridade discutir (até os que se dizem marginais caem nos truques do mercado).

Sua obra não é o decorativo, como acessório de penduricalho enfeite, mas o complemento. O que ressalta, destaca um ângulo morto, conceitua o sentido e o uso do prédio. Azulejos na melhor tradição ibérica ganham a cumplicidade operária na montagem dos motivos geométricos. Aguçam as crianças pelo jogo de armar. E trabalha a cor em combinações reveladoras de matizes ocultos. Tive a honra de conviver vizinho ao seu atelier. Um dia meu filho João, com quatro anos, que não desgrudava do artista, me diz: "pai, Athos disse que tem muitos amarelos". Ali a essência da sua riqueza no trato com a cor: de poucos elementos, em infinitas combinações, extrair esplendor. Lição de vida para o brasileiro que sem lamentar as carências naturais do subdesenvolvimento dá a volta por cima, por baixo, pelos lados, para reinventar a vida e driblar a dificuldade. Toque de gênio. Um minimalista tropical. Com o mínimo atinge a grandeza.

E assim muitos Athos ainda para revelar. Sua docura e humor fino. Uma visão do social sem pieguismo nem filtro ideológico. Revolucionário a seu modo, por viver na essência a desestabilização dos médiocres. Por ter horror ao padrão, ao gosto médio (chegou a dizer "prefiro o péssimo, radical, em arte, que o mais-ou-menos, o bonzinho"). E a imensa glória de Brasília em ter esse morador apaixonado que se doa em obras livres da arte que sobe pelas paredes da cidade. Aos emergentes, elites que se dizem tão "cheias de amor pela Capital JK", autoridades que se proclamam "históricas" e granfinos afins, o maior desafio no momento é a construção da sede definitiva da Fundação Athos. O fosso aberto há mais dez anos na obra interrompida põe em risco toda a segurança do prédio que a abriga. Acertadamente a sede inconclusa está na mira do Ministério Público, que pressiona por uma definição. Seria o mínimo na correspondência de um amor tão intenso. Um verdadeiro desacato de paixão a um Athos que espera de todos atitudes concretas sobre sua vida e obra, e menos blablablaques.

Educação do olhar

*Espalhadas
pela cidade, as
obras de Athos
Bulcão são
pura inclusão
visual*

Brasília é um museu a céu aberto. Poucas cidades no mundo têm esse privilégio. Nas ruas, nos gramados, nas fachadas, no interior e no exterior dos prédios estão expostos trabalhos dos maiores artistas modernos brasileiros. São tantas que, muitas vezes, estão ao nosso lado e nem notamos. Esta seção mostrará, todos os meses, o trabalho de um artista, começando por Athos Bulcão, em comemoração ao seu aniversário de 90 anos.

No dia 2 de julho Brasília comemorou os 90 anos de Athos Bulcão, e em 18 de agosto comemorará meio século de convivência com o artista. Nascido no Rio de Janeiro, Athos veio para cá em 1958, a convite de Oscar Niemeyer, para colocar sua marca na capital em construção.

Desde então, a obra de Athos se fundiu à cidade. Sua arte não se restringe aos frequentadores de museus e galerias. Está à vista de todos, ao alcance de quem anda pela rua à pé, de carro, de ônibus. Alguns exemplos são a Igreja Nossa Senhora de Fátima, na 307/308 Sul; a fachada do Teatro Nacional; o colorido muro do hospital Sarah Kubitschek, no Setor Comercial Sul; e os inúmeros painéis de azulejo

espalhados pela cidade, em prédios de apartamentos, nas escolas-classe, em edifícios públicos e particulares.

Ver as obras de Athos faz parte dos privilégios de morar em Brasília. Elas foram feitas para conviver com a população. Expostas na rua, ajudam a educar o olhar; abrem espaço na nossa mente para a beleza, a harmonia, a integração dos opostos. Sua arte é lúdica e leve. Diz a lenda que ele desenhou os cubos da fachada do Teatro Nacional do tamanho certo para uma pessoa subir. Dizem também que, aos pedreiros que perguntavam de que forma instalar seus azulejos de desenhos abstratos, ele respondia: "Do jeito que você quiser, meu filho. É para brincar."

FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO



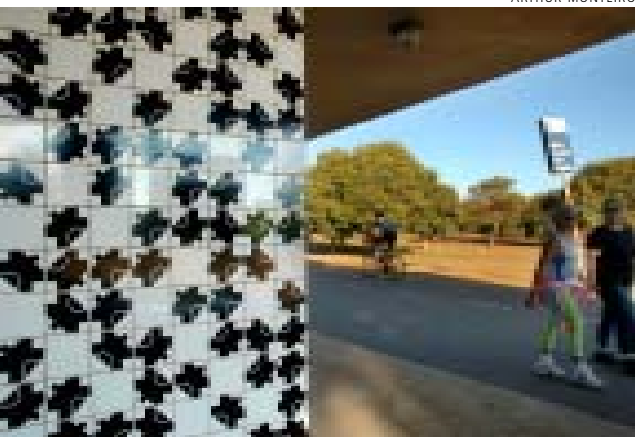
Um carioca muito brasileiro

Caçula de quatro filhos, Athos perdeu a mãe aos quatro anos de idade; foi criado pelo pai e as irmãs adolescentes. O pai, intelectual, amigo de Monteiro Lobato, levou-o desde cedo ao teatro, à ópera, aos recitais. Aos 21 anos ele abandonou o curso de medicina para se dedicar à pintura. Conviveu com os mais importantes artistas modernistas do país, como Jorge Amado, Carlos Scliar, Enrico Bianco, Burle Marx, Pancetti, Milton Dacosta, Vinicius de Moraes, Murilo Mendes, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Ceschiatti, Manuel Bandeira; em 1945 estagiou com Portinari, de quem também foi assistente.

Desenhista, pintor, escultor, Athos Bulcão é um artista reconhecido no Brasil e no mundo. Recebeu, entre muitas outras homenagens, o título de sócio benemérito do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil, pelo trabalho de integração das artes com a arquitetura; a Ordem do Rio Branco, por serviços prestados à cultura; a Medalha Mérito da Alvorada, por sua contribuição para a consolidação de Brasília; e o título de cidadão honorário da cidade.

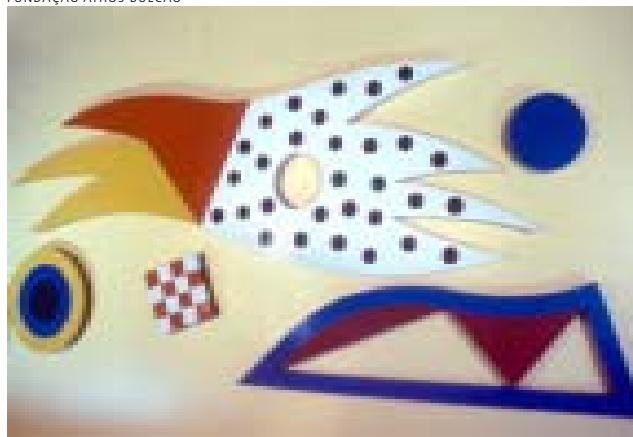


ARTHUR MONTEIRO



ARTHUR MONTEIRO

FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO

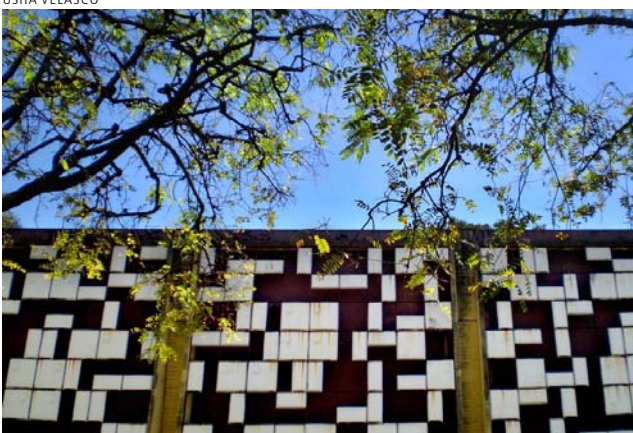


Arte em todo canto: Jardim de Infância da 316 Sul (acima); azulejos no Parque da Cidade (esq.); painéis no Sarah Kubitschek (ao lado) e no Cine Brasília (abaixo, à esq.); fachada na EQS 112/113



FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO

USHA VELASCO



*Tribunais investem em ações de
qualidade de vida e tornam o dia-a-dia
do servidor mais leve e criativo*

Para trabalhar com alegria

Usha Velasco

Tango. Meditação ativa. Flexibilidade corporal e relações pessoais saudáveis. Treinamento mental aplicado à família e ao trabalho. Capoeira. A dança da voz. O círculo dos símbolos sagrados. Construção de fontes. Mecânica de automóveis. A moda sob a ótica cultural. Pilates com bola. Massagem facial. Tai Chi Chuan. Enologia. Dança grega. Educação emocional. *Feng Shui*. Rapel. Nada disso tem ligação com o trabalho no Judiciário e Ministério Público, certo?

Errado. Tudo isso faz parte de programas de qualidade de vida desenvolvidos em Brasília. E é uma tendência mundial, seguida de perto pelo serviço público. Em oficinas, palestras e workshops, esse leque de temas contribui para ampliar o horizonte de vivências dos servidores e para construir um cotidiano mais leve, criativo e produtivo — em casa e no trabalho.

“Trata-se de uma troca: nós oferecemos melhores condições de vida e de trabalho ao servidor e pedimos melhores resultados profissionais”, afirma o Diretor Geral do TST, Alexandre de Jesus Coelho Machado. “As pessoas não são máquinas. Não podemos mirar na produtividade; temos que mirar na qualidade de vida. Caso contrário os servidores se sentiriam cobrados, em vez de estimulados”, explica ele.

Não por acaso, os programas de quali-

dade de vida do TST estão vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica. Segundo o Diretor Geral, a valorização do profissional tem um papel fundamental. “A gestão estratégica no Tribunal apóia-se num tripé: tecnologia, planejamento e valorização do servidor. Isso mostra a importância que nós damos às ações de qualidade de vida”, afirma.

Uma das novidades que o TST criou este ano são os Diálogos Pontuais, uma série de debates sobre temas atuais e, muitas vezes, polêmicos ou controversos. O primeiro foi sobre a Lei Maria da Penha e a violência contra a mulher; o segundo, sobre a questão da pesquisa com células-tronco, quando esse assunto estava em votação do Supremo Tribunal Federal. Os dois próximos Diálogos serão sobre a lei de cotas nas universidades e a questão da redução da menoridade penal.

**Alexandre de
Jesus, Diretor-
Geral do TST:
valorizar o
profissional é
fundamental**



ARTHUR MONTEIRO



ARQUIVO TST



ARTHUR MONTEIRO



“Uma verdadeira terapia”

“Depois que comecei a participar das atividades de qualidade de vida aqui no Tribunal, passei a me interessar mais por esportes. As palestras me ajudaram muito a melhorar a timidez. O respeito pelos colegas também aumentou, desde que comecei a fazer aulas de dança de salão. Fiquei mais desinibida. Essas aulas foram uma verdadeira terapia para mim. Dá para sentir os resultados dentro e fora do trabalho. Eu sou catequista; isso ajuda a dar sentido à minha vida, porque adoro colaborar na formação das pessoas.”

Lílian Vasconcellos F. Volpato,
analista judiciária do TST

Apresentação de dança de salão no TST: programas ajudam a humanizar o ambiente de trabalho

Auto-sustentáveis

"Somos independentes financeiramente; todas as atividades têm patrocínio. Nossos programas são auto-sustentáveis", orgulha-se Ekaterini Sofoulis H. Morita, Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas. Ela conta que o Programa de Qualidade de Vida do TST começou em 2003, mas há dez anos já existiam atividades nessa linha. É o caso da Semana do Servidor, que começou em 1998; do TST em Movimento, criado pela área médica para estimular exercícios físicos; do TST Sem Tabaco e dos Vigilantes do Peso.

"Queremos que o TST seja um dos melhores lugares para se trabalhar no serviço público", afirma Ekaterini. "Muitas das atividades têm foco es-

pecífico na melhoria dos serviços; outras são menos objetivas, mas contribuem, no mínimo, para humanizar o ambiente de trabalho", explica.

O almoço musical, que acontece a cada dois meses no restaurante, é um exemplo dessa humanização. Aloísio César, responsável pela coordenação do evento, conta um dos *feedbacks* positivos que recebeu: "Um senhor que veio conhecer o Tribunal, onde a filha trabalha há pouco tempo, viu os músicos tocando durante o almoço. Ele fez questão de me chamar e dizer que ficava feliz em ver a filha num lugar onde o ser humano é valorizado, onde há preocupação em um criar ambiente agradável."



ARTHUR MONTEIRO

ARQUIVO TST



Workshop de meditação ativa no TST: novos horizontes. Ekaterini (acima): patrocínios garantem independência financeira



João Carmelino: ações de longo prazo

Educação financeira

Para João Carmelino dos Santos Filho, da Assessoria de Gestão Estratégica, uma das vantagens das ações do TST na área de qualidade de vida são o seu caráter contínuo. Um exemplo é a educação financeira: “Não adianta fazer algo uma vez por ano. As ações têm que ser de longo prazo. Todos os meses nós fazemos algum trabalho nessa linha com os servidores”, conta.

A educação financeira começou depois de constatado que grande parte dos servidores tinha contraído empréstimos bancários. “Detectamos a necessidade de orientar o pessoal para uma vida financeira saudável”, explica João Carmelino. “Fizemos uma parceria com os bancos que funcionam no Tribunal. Não basta que eles ofereçam dinheiro emprestado; precisam também oferecer informação, orientação.” Só no ano passado foram realizadas oito palestras sobre o tema, com o patrocínio dos bancos; as atividades continuam neste ano.

“Hoje sou uma outra pessoa”

“Eu era uma pessoa estressada e mal-humorada. Brigava sempre com os meus subordinados. Trabalhava de 7h às 19h direto, sem intervalo. Nunca deixava tarefas para depois. Não compreendia quando alguém não conseguia fazer um trabalho com qualidade e rapidez. Exigia demais de mim e dos outros.

Aos 28 anos, era sedentário e não pensava em fazer exercícios. Percebia que precisava me acalmar, mas não sabia como. Foi quando soube das palestras sobre qualidade de vida, em 2000. Pensei que não gostaria, mas resolvi tentar. Meu nível de estresse estava tão alto que eu não tinha nada a perder. Logo na primeira palestra (“Satisfação Pessoal e Profissional”) vi que se eu não melhorasse podia até ter um enfarte.

Desde então, não perco nenhuma palestra no Tribunal. Hoje sou outra pessoa, faço musculação e minha resistência é perfeita. Até participei da Corrida do Fogo, no dia 6 de julho. Percorri os dez quilômetros em 1h10, o que não é um tempo muito bom, mas me sinto vitorioso, porque consegui terminar a prova. Ano que vem farei um tempo melhor.

Se não fosse a iniciativa do TST, eu continuaria estressado. Antes, minha frase era: faço agora e rápido. Agora digo: faço o que der e bem feito. Minha atitude com os colegas também mudou; ofereço ajuda e escuto a opinião de todos. E trabalho com satisfação.”

Villermundo Ribeiro dos Santos,
técnico judiciário do TST



FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Terapia familiar e controle do estresse

No Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Núcleo Psicossocial promove diversas atividades relacionadas à qualidade de vida. “Este ano vamos oferecer várias palestras, com temas bem variados: terapia familiar, saú-

de financeira, estresse, direitos humanos”, conta Jean Paulo Loiola, chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Outros temas já foram trabalhados em eventos anteriores, como relacionamentos interpessoais, relacionamento socioprofissional, pilates (relação entre qualidade de vida e postura corporal), e nutrição para uma vida saú-

dável. “Independentemente do tema, queremos trazer um estímulo maior para os servidores”, explica Jean Paulo. O MPDFT busca também valorizar o talento dos servidores, com iniciativas como os concursos de vídeo e de fotografia, realizados em 2007. “A idéia é prosseguir nessa linha”, afirma, “e investir mais em eventos culturais, nos próximos anos.”

Postura inovadora

O programa Alvorecer, do Superior Tribunal de Justiça, trabalha a reabilitação de usuários de drogas lícitas e ilícitas, inclusive álcool. Coordenado pelas áreas de Assistência Social e Psicologia do STJ, foi premiado pelo Ministério da Saúde como o melhor programa nessa área em 2007.

Os profissionais do Tribunal acompanham de perto os pacientes e suas famílias. Com técnicas criativas, ficam mais próximos do seu público-alvo. Um exemplo foi a montagem de uma peça de teatro onde os psicólogos e assistentes sociais representaram personagens que encarnavam o uso de drogas e suas conseqüências.

Segundo Edmilson Lima Moura Filho, coordenador técnico do Programa STJ de Qualidade de Vida, essa ação premiada retrata uma postura inovadora do Tribunal: "A área médica vê longe. Eles sabem que é melhor pagar uma aula de ioga, por exemplo, do que o tratamento físico ou psicológico para um servidor estressado. Isso representa uma mudança de paradigma, uma visão ampla da saúde."

O estímulo às atividades físicas também faz parte dessa visão. "O grande mal do século XX, segundo a Organiza-

ção Mundial da Saúde, foi o sedentarismo", afirma Edmilson. "Isso embasou a criação do nosso programa Vida Ativa. O sucesso foi tanto que já não se fala mais da necessidade de fazer exercícios. A discussão é que tipo de exercício cada pessoa deve fazer", conta ele.

O Vida Ativa promove aulas depois do expediente, no próprio Tribunal. Começou há sete anos, com alongamento e ginástica localizada; hoje 10% dos servidores estão matriculados, e as opções são muitas: ioga, aikidô, capoeira, dança de salão, tai chi chuan, judô, pilates com bola, step, jump fit, spinning. As modalidades foram escolhidas depois de uma pesquisa sobre os estilos de vida dos servidores, suas preferências e necessidades.

Desde 2003 o STJ oferece também sessões de ginástica laboral, com cerca de 15 minutos, sempre que os funcionários sentem necessidade. "É um processo de sinergia organizacional", explica Edmilson: "melhora a condição física da pessoa, o ambiente de trabalho, a produtividade e a relação com os colegas." A ginástica laboral tem uma média de 400 participações por semana, o que significa que quase 20% dos servidores usufruem dela.



MORENO / STJ



SANDRA FADO / STJ

Semana da Saúde no STJ: os mais corajosos praticaram rapel, com apoio do Corpo de Bombeiros. Ginástica laboral (ao lado): média de 400 participações por semana



Adesão espontânea

Educador físico e analista do STJ, Edmilson Lima dá aulas no Tribunal e em academias particulares. “Faço isso há 18 anos. Sou um apaixonado”, confessa. “Aos pouquinhos, vamos conquistando as pessoas para a nossa programação”, conta ele. Um exemplo dessa sedução é a tradicional corrida que começou com o nome de Encontro dos Corredores do STJ. No segundo ano o evento teve que se chamar Encontro dos Corredores do STJ e Conselho Federal de Justiça, porque o Conselho quis participar. Depois passou a ser Corrida dos Tribunais Superiores, e hoje chama-se Corrida do Poder Judiciário, com atletas de todo o Brasil. A corrida acontece há oito anos, sempre no mês de outubro, durante a Semana do Servidor.

Todas essas atividades acontecem dentro do Programa do Bem-Estar do Servidor, com cinco módulos: Comitê de Ergonomia, Projeto Crescer, Saúde e Prevenção de Doenças, Qualidade de Vida e Preparação para a Aposentadoria. “Um dos nossos destaques é a creche, com o sistema BBB”, brinca Edmilson: “Os pais podem ver

as imagens dos bebês pela internet, em tempo real.” Hoje a creche tem capacidade para 44 crianças de três meses a um ano; o plano é ampliá-la, em breve, para atender mais duzentos bebês.



ARTHUR MONTEIRO

Edmilson,
coordenador do
Programa STJ
de Qualidade
de Vida: “Aos
pouquinhos, vamos
conquistando
as pessoas”



“Melhorei 100%”

“Fiz ginástica localizada, mas tive hérnia de disco e parei. Há seis meses comecei o pilates e estou adorando; me sinto ativa, as dores melhoraram, o condicionamento melhorou 100%. Minha postura agora é outra. Eu entrei nesse programa de qualidade de vida por pressão, mas hoje não saio de jeito nenhum.”

Lourdes de Jesus Macedo,
técnica judiciária do STJ

Condições subumanas praticamente anulam as possibilidades de reintegração dos presos à sociedade e contribuem para gerar mais violência nas ruas

Sem chance de se recuperar

Thaís Assunção

Inferno. Assim é definido o sistema penitenciário do Brasil pela CPI do Sistema Carcerário. Após dez meses de trabalho, com diligências em 19 estados do país e visitas a mais de 60 instituições prisionais, o relatório foi aprovado pela Comissão no dia 8 de julho. Foram constatados casos de torturas, maus-tratos e injustiças.

A dura realidade encarada pelos parlamentares resultou em um vídeo de 42 minutos com imagens chocantes. Presos dormindo junto com porcos, recebendo refeições em sacos plásticos, com aids, tuberculose e doenças de pele.

“Grande parte dos presídios visitados não serve nem para bichos”, resumiu o relator da comissão, o deputado federal Domingos Dutra (PT-MA).

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), há no Brasil 440 mil presos. Desses, 130 mil cumprem pena indevidamente, o que equivale a 30% do total. Essa injustiça prejudica tanto o detento quanto o bolso do contribuinte: a média de gasto mensal por preso gira em torno de R\$ 1,3 mil.

No relatório final da Comissão há várias propostas para melhorar o sistema prisional. Uma delas é a de que os estados promovam, com urgência, um mutirão jurídico coordenado pelo Ministério da Justiça, para verificar quem está preso indevidamente.

O relator vai propor que o Estado pague advogados quando a defensoria pública for insuficiente, porque muitos detentos que deveriam estar em regime semi-aberto continuam superlotando as cadeias por falta de assistência jurídica.

Com 600 páginas, o relatório contém, além do resumo da situação carcerária, o pedido de indiciamento de 32 pessoas. Entre elas estão juizes, promotores, defensores públicos e secretários de justiça. Para o relator, a situação do sistema carcerário é resultado de corrupção e de omissão por parte de diversos agentes públicos, que contribuem para a degradação do sistema.

INJUSTIÇA CARA

440 mil

pessoas lotam as cadeiras, mas

30%

cumprem pena indevidamente. Cada detento custa em média

R\$ 1,3 mil

por mês aos cofres públicos.



Cela em Porto Alegre: “Grande parte dos presídios visitados não serve nem para bichos”, resumiu o relator





FOTOS: LUIZ ALVES/SEFOT/CD



Revolta: em Fortaleza (acima), Teresina (esq.) ou Porto Alegre (ao lado), o quadro é sempre de superlotação, doenças e falta de assistência judiciária



Detenta no
Presídio
Feminino do
Piauí: população
de baixa renda
tem menos
acesso à justiça,
e nem sempre
pode contar
com defensores
públicos



Descaso: no Instituto Masculino Paulo Sarasate, em Fortaleza, as refeições são servidas em sacos plásticos

Caos de norte a sul

Um dos piores casos documentados pela CPI do Sistema Carcerário é o da Colônia Penal Agrícola de Campo Grande (MS), com condenados a regime semi-aberto. Os deputados constataram que mendigos trocavam de lugar com detentos. Pela falta de espaço, muitos presos preferiam montar barracas e dormir ao lado de porcos, mesmo com o mau-cheiro e a falta de higiene. Os porcos são propriedade dos agentes penitenciários da Colônia.

No Instituto Penal Paulo Sarasate, no Ceará, a comida dos presos era servida em sacos plásticos, não em pratos. Os detentos afirmaram que são espancados e levados com frequência para castigo em celas isoladas.

No Presídio Central de Porto Alegre a situação é assustadora. O esgoto corre a céu aberto, as portas das celas não têm grades e os presos se amontoam em celas minúsculas. No Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros (SP), os deputados receberam denúncias de que os presos ficam mais de um mês sem banho de sol. Foram encontrados doentes mentais junto com presos saudáveis, além

de celas sem janelas.

Em Minas Gerais, segundo o relatório da CPI, foi encontrada uma das piores situações do país; um verdadeiro caos, resultado de uma administração desastrosa. No 2º Distrito Policial de Contagem os deputados encontraram creolina nas celas. O material era usado por determinação médica para os presos com problemas de pele, que são comuns dentro nas cadeias, por causa da sujeira e da falta de sol.

No entorno de Brasília a Comissão encontrou presos sem defensor público, superlotação e doenças graves de pele. Muitos detentos aguardam julgamento há anos. Sem condições de custear um advogado, todos esperam pela justiça.

No Piauí, os parlamentares quase foram enganados pelas autoridades. Durante diligência à Casa de Custódia Professor Ribamar Leite, os agentes disseram que havia uma cela sem janela, mas que ela estava vazia. A Comissão desconfiou da informação e retornou ao local à noite; na cela escura encontraram dez presos, que, segundo os agentes, estavam de castigo.

As dez menos

Veja o ranking das piores prisões do Brasil

- 1 Presídio Central de Porto Alegre.
- 2 Colônia Penal Agrícola do Mato Grosso do Sul.
- 3 Empatados: Distrito de Contagem (MG); Delegacia de Valparaíso (GO); 52ª Delegacia de Polícia de Nova Iguaçu (RJ) e 53ª Delegacia de Polícia de Caxias (RJ).
- 4 Empatados: Presídio Lemos de Brito, Salvador; Presídio Vicente Piragibe (RJ); Presídio Aníbal Bruno, Recife; Penitenciária Masculina Dr. José Mário Alves da Silva, "Urso Branco" (RO); Complexo Policial de Barreirinhas (BA).
- 5 Centro de Detenção de Pinheiros, São Paulo.
- 6 Instituto Masculino Paulo Sarasate, Fortaleza.
- 7 Penitenciária Feminina Bom Pastor, Recife.
- 8 Penitenciária Feminina de Santa Catarina.
- 9 Casa de Custódia Masculina do Piauí.
- 10 Casa de Detenção Masculina da Sejuc (MA).

Uma questão de liberdade

Solidariedade dos simpatizantes marca Parada Gay. Tema maior foi a criminalização da homofobia

Eunice Pinheiro

A organização da 11ª Parada Gay de Brasília diz que 35 mil pessoas participaram do evento, este ano. A Polícia Militar garante que foram 22 mil. As estatísticas podem ser conflitantes, mas os sentimentos que reuniram milhares de pessoas no Eixão Sul, não. O primeiro deles, certamente, foi a solidariedade. Ela podia ser vista nas camisetas camufladas exibidas por homens, mulheres e até cri-

anças. Era uma homenagem aos dois militares homossexuais que assumiram, publicamente, um relacionamento. Hoje, um deles está preso.

O ex-sargento Fernando Alcântara Figueiredo participou da caminhada e disse estar revoltado com a prisão do companheiro, Laci Marinho de Araújo. "Estou aqui para lutar contra a homofobia. Estou feliz com tantas declarações de solidariedade que tenho recebido. Não apenas do público gay, mas de toda a sociedade", de-

clarou emocionado.

Durante a caminhada, ao som de muita música eletrônica, a solidariedade também era vista entre os simpatizantes da causa. Famílias inteiras participavam, com pais, mães, filhos, avós e até os cachorrinhos da casa. "Viemos porque apoiamos a causa gay. Todos têm o direito de optar pelo que quiserem. É uma questão de liberdade", disse Maria do Carmo, que foi à Parada com a mãe e o marido, Ricardo.

IANO ANDRADE/CB/D.A PRESS



Parada de Brasília: participação de pais, avós e crianças, em apoio aos direitos dos homossexuais



Plumas, paetês e reivindicações políticas: a batalha contra a discriminação não exclui o bom humor

A festa e a luta

A Parada Gay 2008 teve como tema principal a defesa de direitos. Um deles é a aprovação do Projeto de Lei 122, em tramitação no Congresso Nacional. Esse projeto criminaliza as ações homofóbicas. Assim como a lei que tornou crime inafiançável as manifestações racistas no Brasil, o PL 122 torna crime as atitudes de discriminação a homossexuais. Uma conquista para esses homens e mulheres. Um projeto inaceitável para a Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, assim como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, que se arrasta há anos no Parlamento.

“Para avançarmos em nossos direitos, temos de tratar o assunto politicamente. E acho que as Paradas Gays

são prioritariamente manifestações políticas. Não são apenas festas. São manifestações pacíficas de cobrança dos nossos direitos”, afirma o jornalista William Aguiar. A preocupação de William segue na mesma direção da preocupação de quem milita pela causa gay: a distorção do movimento.

O crescimento rápido das Paradas tem levado muita gente a temer uma inversão de valores, com a festa se sobrepondo à luta pelos direitos. “Esse ano, até os dirigentes de movimento gay de Brasília faziam questão de ressaltar a beleza da festa. Apenas o caminhão das lésbicas ressaltava a luta política, o fim da discriminação, o nosso espaço na sociedade”, ressaltava o jornalista.

Linha de frente

As paradas gays brasileiras começaram em 1995, no Rio de Janeiro. Depois veio a de São Paulo, em 1996, com um grupo de 300 pessoas, na Praça Roosevelt. Brasília entrou na linha de frente em 1997. Hoje, o Brasil é referência mundial com a maior Parada Gay do mundo, realizada em São Paulo. O crescimento do evento paulista se deu a passos largos. De 300 pessoas, na primeira edição, saltou para duas mil, no ano seguinte. Em 2008 foram nada mais nada menos que 3,5 milhões de pessoas.

Pilhas e baterias: onde jogar fora?

Uma pesquisa encomendada pela Nokia mostrou que no ano passado foram vendidos 45 milhões de aparelhos celulares no Brasil. O número de celulares vendidos é alto, mas dos que são descartados e seguem para a reciclagem... nada mais que 10%. O restante vai direto para o lixo.

Descartar pilhas e baterias no lixo comum representa um grande perigo para nós e para a natureza. Os componentes tóxicos vazam e contaminam solo e água. Mais cedo ou mais tarde, por meio da cadeia alimentar, essas substâncias chegam aos seres humanos.

Preocupado com isso, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama – elaborou uma Resolução (257/99), que cria normas para o descarte de pilhas e baterias. A resolução responsabiliza fabricantes, importadores e comerciantes de baterias e pilhas pelo recolhimento do material descartado pelos consumidores. Define também a quantidade máxima de mercúrio, cádmio e chumbo que as pilhas comuns podem ter.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica (Abinee), 1,2 bilhão de pilhas e 400 milhões de baterias para celulares são vendidas anualmente no país. O problema é que é grande o número de pilhas piratas ou ilegais que circulam no mercado. Algo em torno de 33% do que é vendido. Nada mais, nada menos que 400 milhões de pilhas e baterias contrabandeadas, que estão fora do controle das autoridades.

Há postos de recolhimento em supermercados, bancos, farmácias e shoppings. Dá mais trabalho, mas garante a nossa saúde. O material é reciclado fora do Brasil e a conta é paga pelo fabricante



No lixo, nunca

É muito freqüente o descarte de pilhas e baterias no lixo comum. Muitas vezes, é até uma recomendação dos próprios fabricantes, que conseguiram diminuir o percentual de metais pesados em suas pilhas. Porém, essa recomendação só é válida se houver um bom manejo dos aterros sanitários, o que só acontece em apenas 10% dos aterros brasileiros, segundo o Ibama. Portanto, o melhor é esquecer o lixo na hora de descartar esses materiais.

Uma saída mais segura seria reciclar as pilhas e baterias. Só que, no Brasil,

existe apenas uma empresa que faz esse trabalho, a Suzaquim, que consegue reciclar apenas 1% de tudo o que é comercializado.

Nesse caso, a consciência de cada um é que vai fazer a diferença. Existem postos de recolhimento de pilhas e baterias em lojas, supermercados, bancos, farmácias e shoppings. O material é enviado para reciclagem fora do Brasil e a conta é paga pelo próprio fabricante. Dá mais trabalho ao consumidor, mas garante a saúde do meio ambiente.

Cuidado: veneno

Os metais pesados contidos em pilhas e baterias, quando absorvidos, são de difícil eliminação pelo organismo. Entre os efeitos nocivos à saúde, estão: problemas no sistema nervoso; osteoporose; edemas pulmonares; alergias de pele e respiratórias; náuseas e vômitos; diarreias; perda do apetite e de peso; dores de estômago; perda do sono; inibição no sistema imunológico.



**Com Atitude
e Criatividade
seu filho vai longe.**

**1º Concurso
Atitude
de desenho infantil**

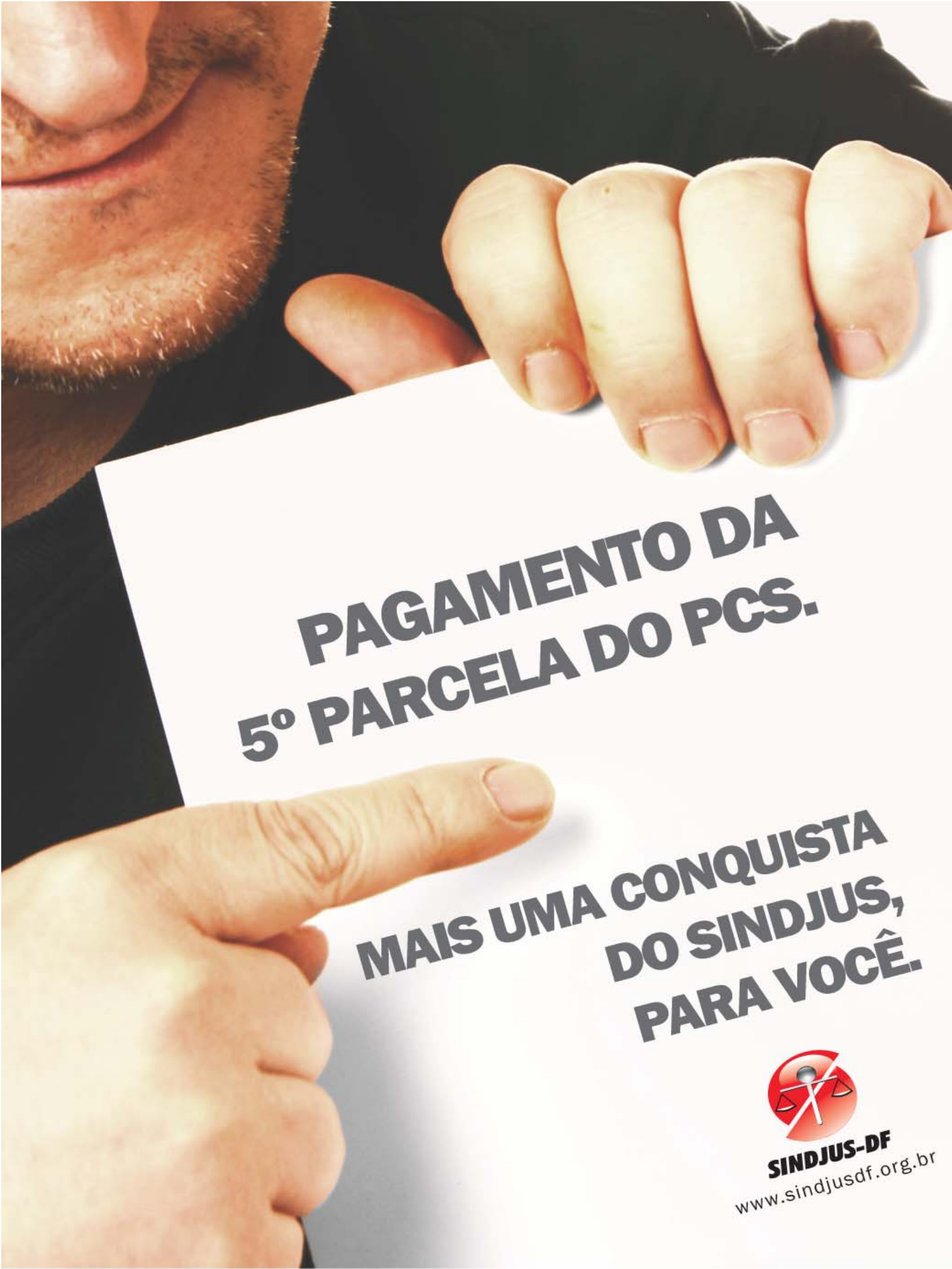
Se você é filiado SINDJUS, inscreva seu filho
ou neto de 1º de agosto a 1º de outubro de 2008

Serão escolhidos 12 desenhos
para compor o calendário 2009 do Sindjus

Ficha de inscrição, premiação e regulamento disponíveis no site:
www.sindjusdf.org.br

Realização:





**PAGAMENTO DA
5º PARCELA DO PCS.**

**MAIS UMA CONQUISTA
DO SINDJUS,
PARA VOCÊ.**



SINDJUS-DF
www.sindjusdf.org.br